

FALE COM A GENTE!

Editores Bruno Rios e Marcelo Luís
E-mail portomar@atribuna.com.br
Telefone 2102-7269

PORTO & MAR

Audiência pública é questionada por sindicato na Justiça

Motivo é falta de informações sobre a desestatização em Santos

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

Trabalhadores da Santos Port Authority (SPA) recorreram à Justiça para suspender a audiência pública que vai discutir a desestatização da empresa, marcada para a próxima quinta-feira. A ação foi a mesma adotada por federações que representam portuários de São Sebastião. A privatização da gestão do complexo portuário do Litoral Norte Paulista só foi debatida, ontem no final da tarde, após o Governador derrubar uma liminar obtida na semana passada.

A audiência pública de Santos está prevista para ser realizada na sede da As-

sociação Comercial de Santos (ACS), das 15 às 18 horas. Também haverá transmissão pela internet.

A ação de Santos foi articulada pelo Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport). Segundo o presiden-

te da entidade, Everandy Cirino dos Santos, ela foi motivada pela falta de definições sobre o futuro dos trabalhadores que atuam na Autoridade Portuária.

“Não há informações sobre o que vai acontecer com os trabalhadores. Acreditamos que nenhum empresário vai entrar em um investimento com o risco de assumir passivos trabalhistas. Estamos falando também de sucessão trabalhista, o compromisso com o Portus (o fundo de pensão dos portuários), a complementação, como ficam os trabalhadores nesse processo todo”, afirmou o sindicalista.

Segundo Cirino, a ação tramita na 3ª Vara Federal de Santos. E o juiz Décio Gabriel Gimenez deu um prazo de 48 horas para a manifestação da União sobre a questão.

Outra preocupação dos trabalhadores gira em torno da “corrida contra o tempo” para que o Governo Federal conclua o processo de desestatização ainda neste ano, o último da gestão de Jair Bolsonaro.

“Nossa intenção é suspender o processo. Todos, trabalhadores, usuários e empresários, sabem que Governo não vai conseguir cumprir o prazo porque não há



CARLOS NOGUEIRA - 21/1/19

Enquanto os trabalhadores temem, Governo estima que R\$ 16 bilhões sejam investidos na empresa

tempo hábil”, afirmou o presidente do Sindaport.

Trabalhadores e alguns vereadores de Santos são contra a desestatização da SPA. “Continuamos defendendo uma empresa pública, com gestão técnica, treinamento e qualificação dos empregados e autonomia de gestão”.

Porém, para o Governo Federal, há apenas o caminho de conceder a administração do Porto para a iniciativa privada. Segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o prazo de concessão

será de 35 anos, prorrogável por até cinco anos.

De acordo com os estudos, os investimentos previstos para adequação da infraestrutura do Porto totalizam R\$ 16 bilhões, os quais deverão ser realizados ao longo da vigência contratual.

ENVOLVIDOS

Procurada, a Antaq disse que não foi notificada sobre a ação dos trabalhadores do Porto de Santos.

Já a SPA informou que não é parte da ação do Sindaport. “A realização da consul-

ta e audiências públicas sobre a desestatização está a cargo da Antaq, a quem compete a condução do processo licitatório”.

Procurado, o Ministério da Infraestrutura confirmou ter sido notificado e vai se manifestar no prazo estabelecido pela Justiça. “Acrescentamos não haver fundamento na alegação de falta de informações sobre o processo de concessão do Porto de Santos, já que as propostas e os processos são públicos e estão disponíveis no site da Antaq”.